



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 91.992.206/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/03/1988
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL LABORATORIO PROANALISE LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PROANALISE-ANALISES CLÍNICAS E HEMOTERAPIA	PORTE EPP
---	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R VOLUNTARIOS DA PATRIA	NÚMERO 1973	COMPLEMENTO SALA 101
--	-----------------------	--------------------------------

CEP 97.590-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ROSARIO DO SUL	UF RS
--------------------------	----------------------------------	------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@PROANALISE-RS.COM.BR	TELEFONE (55) 3231-2322
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/02/2025** às **09:24:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

00.101

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43207987438

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: LABORATORIO PROANALISE LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSP2200388626

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		024	2	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		2221	1	ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

ROSARIO DO SUL

Local

18 Abril 2022

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8250382 em 22/04/2022 da Empresa LABORATORIO PROANALISE LTDA, CNPJ 91992206000109 e protocolo 221278389 - 18/04/2022. Autenticação: 18D1D1888AC03F4DAE281E75C761E09078C1F63E. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/127.838-9 e o código de segurança v69I. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

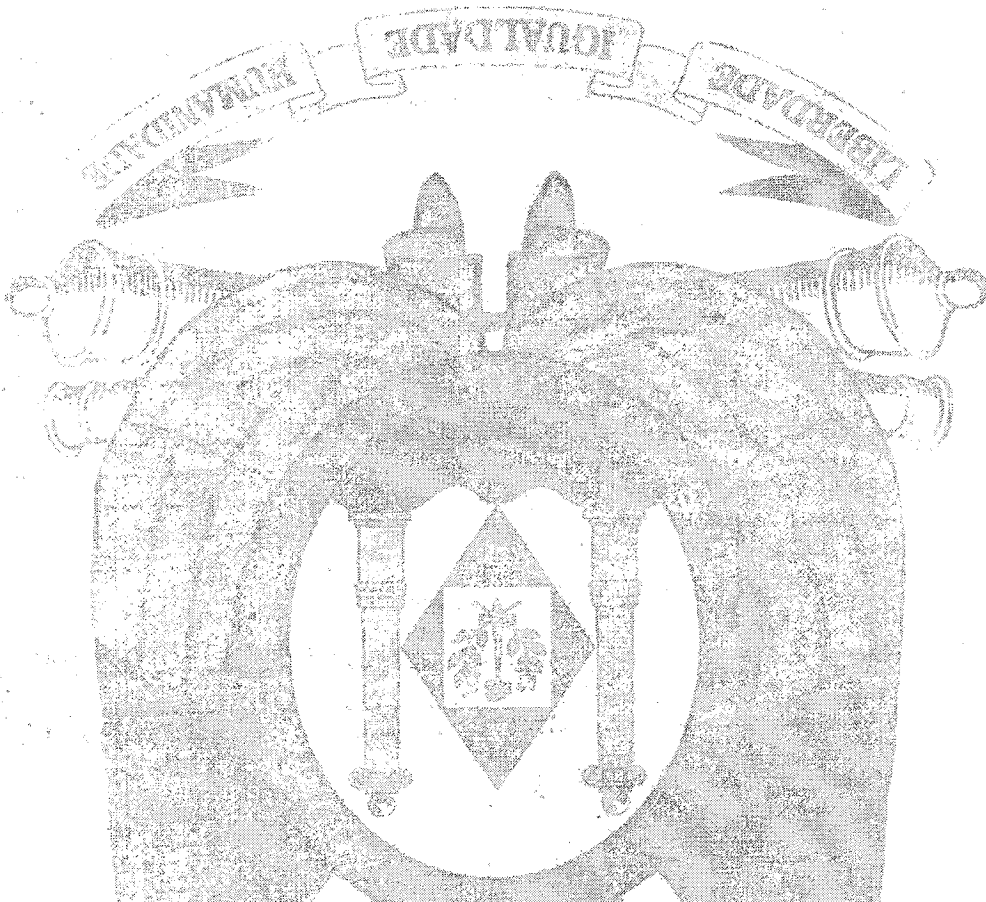
Registro Digital

Capa de Processo



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Identificação do Processo	
Número do Protocolo	22/127.838-9
Número do Processo Módulo Integrador	RSP2200388626
Data	18/04/2022
Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	270.959.830-20
Nome	SERGIO MESQUITA DANTAS
Data Assinatura	18/04/2022
Assinado utilizando o(s) selo(s) do gov.br	
Selo Ouro - Certificado Digital	



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
 Certificado registro sob o nº 8250382 em 22/04/2022 da Empresa LABORATORIO PROANALISE LTDA, CNPJ 91992206000109 e protocolo 221278389 - 18/04/2022. Autenticação: 18D1D1888AC03F4DAE281E75C761E09078C1F63E. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://juicrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/127.838-9 e o código de segurança V691
 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

ALTERAÇÃO N.º 04 E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**SERGIO DANTAS & CIA LTDA****CNPJ: 91.992.206/0001-09****Rua Voluntários da Pátria nº 1973 Sala 101****Rosário do Sul – RS**

1. **SERGIO MESQUITA DANTAS**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, natural de São Vicente do Sul/RS, farmacêutico bioquímico, inscrito no CPF sob n.º 270.959.830-20 e portador da Carteira de Identidade n.º 5007519514, expedida pela SJS/RS residente e domiciliado à Rua Dr. Agripino de Araújo nº 210, Bairro Swift na cidade de Rosário do Sul/RS, CEP 97.590-000,
2. **FLAVIA PRATES DANTAS**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens,, empresária, inscrita no CPF sob n.º 455.844.270-04 e portadora da Carteira de Identidade n.º 3018004592 expedida pela SSP/RS residente e domiciliada à Rua Dr. Agripino de Araújo nº 210, Bairro Swift na cidade de Rosário do Sul/RS, CEP 97.590-000.

Únicos sócios da sociedade **SERGIO DANTAS & CIA LTDA**, com sede à Rua Voluntários da Pátria nº 1973, Sala 101, Centro em Rosário do Sul/RS, CEP 97590-000, registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob o NIRE 43.2.0798743-8 em 21.07.2016, e inscrita no CNPJ sob nº 91.992.206/0001-09.

Resolvem de pleno e comum acordo **Alterar** as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

I - DA RAZÃO SOCIAL

A sociedade altera o nome empresarial para **LABORATORIO PROANALISE LTDA**, e adotará como nome fantasia, **PROANALISE – ANÁLISES CLÍNICAS E IMUNIZAÇÃO HUMANA**.

II – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objetivo social é a atividade de laboratório de análises clínicas e serviços de vacinação e imunização humana.

III - ALTERAÇÃO DE SÓCIOS COM RETIRADA DE SÓCIOS

A sócia **FLAVIA PRATES DANTAS**, acima qualificada, detentora de 2.500 (Duas mil e quinhentas) quotas no valor de R\$ 2.500,00 (Dois e quinhentos mil reais), vende e transfere para o sócio **SERGIO MESQUITA DANTAS**, acima qualificado, assim como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres, perante a sociedade, das quotas transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.





Após a transferência de quotas, a participação no capital social ficará assim distribuída:

SERGIO MESQUITA DANTAS.....50.000 QUOTAS..... R\$ 50.000,00 – 100%

IV – DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DAS FILIAIS

A sede da Filial nº 01, passa a ser à Rua Sete de Setembro nº 1336, Bairro Centro, na cidade de São Vicente do Sul/RS, CEP: 97.420-000, com o mesmo ramo de exploração.

A sede da Filial nº 02, passa a ser à Rua Coronel Urbano nº 1331, Sala 01, Bairro Centro, na cidade de Dom Pedrito/RS, CEP: 96.450-000, com o mesmo ramo de exploração.

V - CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Declararam os sócios, que as demais cláusulas permanecem em pleno vigor e consolidam-se neste ato o Contrato Social, em cumprimento ao comando legal emanado no novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

1 - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO JURÍDICO.

1.1 - Denominação Social

A Sociedade girará sob a denominação social, "LABORATORIO PROANALISE LTDA", e adotará como nome fantasia, PROANALISE – ANÁLISES CLÍNICAS E IMUNIZAÇÃO HUMANA, sendo regida de conformidade com a Lei nº 10.406/2002 e supletivamente pela Lei nº 6.404/76.

1.2 - Sede Social

A sociedade tem sua sede à Rua Voluntários da Pátria, nº 1973 Sala 101, Bairro Centro, cidade Rosário do Sul/RS, CEP: 97.590-000.

§ Único – É facultado a sociedade a qualquer tempo, à critério dos sócios, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria.

A sociedade mantém nesta data as seguintes filiais:

Filial 01 – A Filial nº 01, estabelecida à Rua Sete de Setembro nº 1336, Bairro Centro, cidade de São Vicente do Sul/RS, CEP: 97.420-000, inscrita no CNPJ sob nº 91.992.206/0002-81 e registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 43901841167 em 21.07.2016.

Filial 02 – A Filial nº 02, estabelecida à Rua Coronel Urbano nº 1331, Sala 01, Bairro Centro, na cidade de Dom Pedrito/RS, CEP: 96.450-000, inscrita no CNPJ sob nº 91.992.206/0003-62 e registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 43901841175 em 21.07.2016.

ALTERAÇÃO N.º 04 E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**SERGIO DANTAS & CIA LTDA****CNPJ: 91.992.206/0001-09****Rua Voluntários da Pátria nº 1973 Sala 101****Rosário do Sul – RS**

1. **SERGIO MESQUITA DANTAS**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, natural de São Vicente do Sul/RS, farmacêutico bioquímico, inscrito no CPF sob n.º 270.959.830-20 e portador da Carteira de Identidade n.º 5007519514, expedida pela SJS/RS residente e domiciliado à Rua Dr. Agripino de Araújo nº 210, Bairro Swift na cidade de Rosário do Sul/RS, CEP 97.590-000,
2. **FLAVIA PRATES DANTAS**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens,, empresária, inscrita no CPF sob n.º 455.844.270-04 e portadora da Carteira de Identidade n.º 3018004592 expedida pela SSP/RS residente e domiciliada à Rua Dr. Agripino de Araújo nº 210, Bairro Swift na cidade de Rosário do Sul/RS, CEP 97.590-000.

Únicos sócios da sociedade **SERGIO DANTAS & CIA LTDA**, com sede à Rua Voluntários da Pátria nº 1973, Sala 101, Centro em Rosário do Sul/RS, CEP 97590-000, registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob o NIRE 43.2.0798743-8 em 21.07.2016, e inscrita no CNPJ sob nº 91.992.206/0001-09.

Resolvem de pleno e comum acordo **Alterar** as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

I - DA RAZÃO SOCIAL

A sociedade altera o nome empresarial para **LABORATORIO PROANALISE LTDA**, e adotará como nome fantasia, **PROANALISE – ANÁLISES CLÍNICAS E IMUNIZAÇÃO HUMANA**.

II – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objetivo social é a atividade de laboratório de análises clínicas e serviços de vacinação e imunização humana.

III - ALTERAÇÃO DE SÓCIOS COM RETIRADA DE SÓCIOS

A sócia **FLAVIA PRATES DANTAS**, acima qualificada, detentora de 2.500 (Duas mil e quinhentas) quotas no valor de R\$ 2.500,00 (Dois e quinhentos mil reais), vende e transfere para o sócio **SERGIO MESQUITA DANTAS**, acima qualificado, assim como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres, perante a sociedade, das quotas transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

1



Após a transferência de quotas, a participação no capital social ficará assim distribuída:

SERGIO MESQUITA DANTAS.....50.000 QUOTAS..... R\$ 50.000,00 – 100%

IV – DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DAS FILIAIS

A sede da Filial nº 01, passa a ser à **Rua Sete de Setembro nº 1336, Bairro Centro**, na cidade de **São Vicente do Sul/RS**, CEP: **97.420-000**, com o mesmo ramo de exploração.

A sede da Filial nº 02, passa a ser à **Rua Coronel Urbano nº 1331, Sala 01, Bairro Centro**, na cidade de **Dom Pedrito/RS**, CEP: **96.450-000**, com o mesmo ramo de exploração.

V - CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Declaram os sócios, que as demais cláusulas permanecem em pleno vigor e consolida-se neste ato o Contrato Social, em cumprimento ao comando legal emanado no novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

1 - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO JURÍDICO.

1.1 - Denominação Social

A Sociedade girará sob a denominação social, "**LABORATORIO PROANALISE LTDA**", e adotará como nome fantasia, **PROANALISE – ANALISES CLÍNICAS E IMUNIZAÇÃO HUMANA**, sendo regida de conformidade com a Lei nº 10.406/2002 e supletivamente pela Lei nº 6.404/76.

1.2 - Sede Social

A sociedade tem sua sede à Rua Voluntários da Pátria, nº 1973 Sala 101, Bairro Centro, cidade Rosário do Sul/RS, CEP: 97.590-000.

§ Único – É facultado a sociedade a qualquer tempo, à critério dos sócios, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria.

A sociedade mantém nesta data as seguintes filiais:

Filial 01 – A Filial nº 01, estabelecida à Rua Sete de Setembro nº 1336, Bairro Centro, cidade de **São Vicente do Sul/RS**, CEP: 97.420-000, inscrita no CNPJ sob nº 91.992.206/0002-81 e registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 43901841167 em 21.07.2016.

Filial 02 – A Filial nº 02, estabelecida à Rua Coronel Urbano nº 1331, Sala 01, Bairro Centro, na cidade de **Dom Pedrito/RS**, CEP: 96.450-000, inscrita no CNPJ sob nº 91.992.206/0003-62 e registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 43901841175 em 21.07.2016.



1.3 - Foro Jurídico

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o Foro da cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro Foro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

2 - OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

2.1 - Objetivo Social

O objetivo social é a atividade de laboratório de análises clínicas e serviços de vacinação e imunização humana.

2.2 - Prazo de Duração

A sociedade iniciou suas atividades em 14 de março de 1988 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

3 - CAPITAL SOCIAL

3.1 - Capital Nominal

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído entre os sócios:

SERGIO MESQUITA DANTAS.....50.000 QUOTAS..... R\$ 50.000,00 – 100%

Da Responsabilidade

I - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1052 do Código Civil, Lei nº 10406/2002).

II - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1.054 combinado com o Artigo 997, VIII, do Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

III - Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação Sociedade.

IV - As quotas da Sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores dos sócios, sendo nulas de pleno direito todas as transações que onerem as mesmas.

4 - ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

4.1 - Representação da Sociedade



§ 2º - O Balanço Patrimonial será levantado com a data do último dia do mês anterior ao evento, não sendo computado o Fundo de Comércio existente e lucros cessantes.

9 - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade será dissolvida apenas por deliberação dos sócios-quotistas, para este fim convocados, respeitando o quorum deliberativo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

10 - DESIMPEDIMENTO

O Sócio Administrador declara, sob as penas da lei, expressamente que não se acha impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei nº 10.406/2002, bem como, não se acha incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

11 - DÚVIDAS SOCIAIS E OMISSÕES CONTRATUAIS

A sociedade é regida pela Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

As dúvidas sociais e as omissões contratuais serão dirimidas sucessivamente, segundo a seguinte redação:

1º - Em reunião dos quotistas, com a presença mínima de sócios que representem $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, onde as deliberações serão acatadas segundo a decisão destes $\frac{3}{4}$ (três quartos), computando-se um voto para cada real de cota de capital.

2º - Pelo que for aplicável das disposições do Decreto Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

3º - Em ações judiciais propostas no foro eleito na cláusula 1, item 1.3.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em via única.

Rosário do Sul/RS, 05 de Abril de 2022.

Assinado digitalmente
SERGIO MESQUITA DANTAS

Assinado digitalmente
FLAVIA PRATES DANTAS





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LABORATORIO PROANALISE LTDA, de CNPJ 91.992.206/0001-09 e protocolado sob o número 22/127.838-9 em 18/04/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8250382, em 22/04/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Luís Valter Meirelles Barbosa.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
270.959.830-20	SERGIO MESQUITA DANTAS	18/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
270.959.830-20	SERGIO MESQUITA DANTAS	18/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		
455.844.270-04	FLAVIA PRATES DANTAS	18/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 05/04/2022



Documento assinado eletronicamente por Luís Valter Meirelles Barbosa, Servidor(a) Público(a), em 22/04/2022, às 11:45.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 22/127.838-9.

[Handwritten signature]



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8250382 em 22/04/2022 da Empresa LABORATORIO PROANALISE LTDA, CNPJ 91992206000109 e protocolo 221278389 - 18/04/2022. Autenticação: 18D1D1888AC03F4DAE281E75C761E09078C1F63E. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/127.838-9 e o código de segurança v69I. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

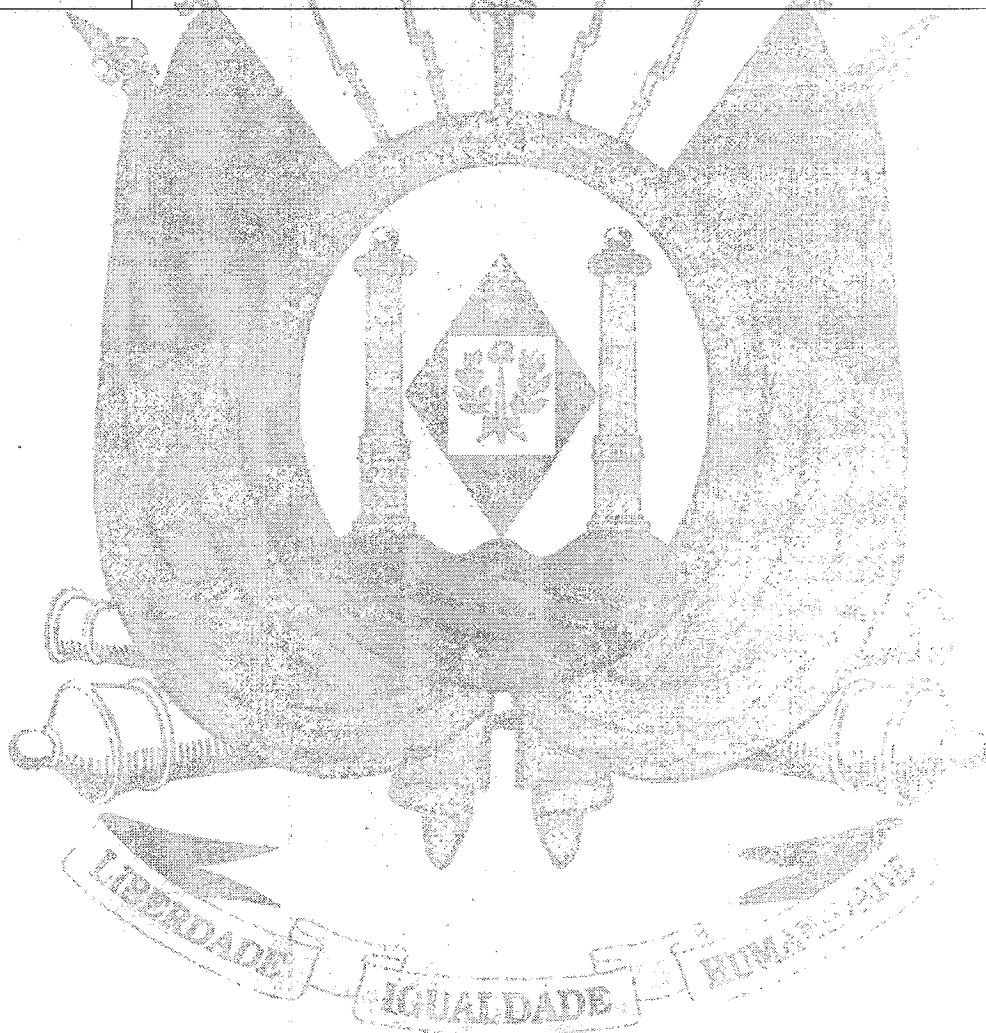


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre, sexta-feira, 22 de abril de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8250382 em 22/04/2022 da Empresa LABORATORIO PROANALISE LTDA, CNPJ 91992206000109 e protocolo 221278389 - 18/04/2022. Autenticação: 18D1D1888AC03F4DAE281E75C761E09078C1F63E. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/127.838-9 e o código de segurança v69l. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

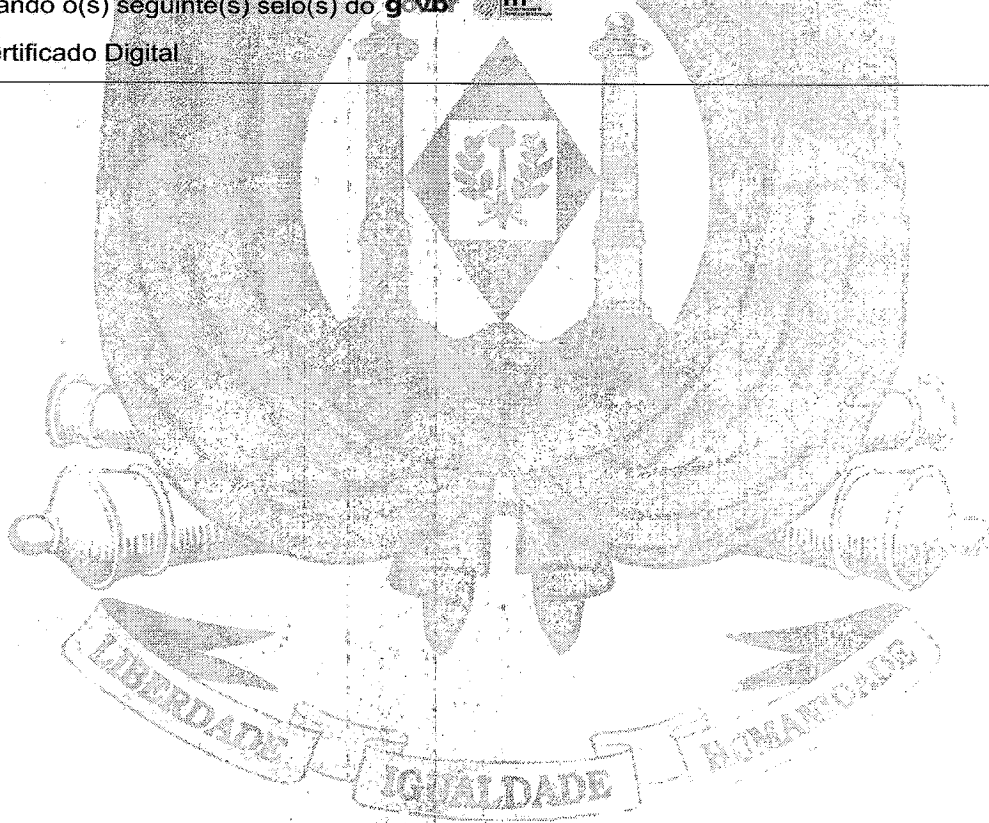
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/127.838-9	RSP2200388626	18/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
455.844.270-04	FLAVIA PRATES DANTAS	18/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

270.959.830-20	SERGIO MESQUITA DANTAS	18/04/2022 
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8250382 em 22/04/2022 da Empresa LABORATORIO PROANALISE LTDA, CNPJ 91992206000109 e protocolo 221278389 - 18/04/2022. Autenticação: 18D1D1888AC03F4DAE281E75C761E09078C1F63E. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/127.838-9 e o código de segurança v69I. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

A administração da sociedade caberá ao sócio **SERGIO MESQUITA DANTAS**, por prazo indeterminado, que terá todos os poderes de gestão e representará a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

§ Único: É vedado ao administrador o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, ato este para que tenha efeito legal, será exigida a assinatura de todos os sócios.

5 - RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Pelo exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

6 - RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, elaborando as demonstrações financeiras exigidas legalmente.

§ 1º - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no Capital Social e tomarão a destinação que $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social a deliberar.

§ 2º - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanços mensais ou periódicos, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

§ 3º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

7 - CESSÃO DE QUOTAS

As quotas da Sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos demais sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência para os sócios que queiram adquiri-las.

§ 1º - O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar aos demais, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 90 (noventa) dias, a sua intenção de não mais continuar na sociedade.

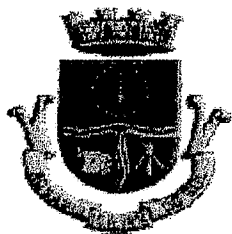
§ 2º - O quotista retirante receberá o valor de suas quotas em 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas.

8 - FALECIMENTO, INTERDIÇÃO OU AFASTAMENTO DE COTISTA

O falecimento, falência ou afastamento de qualquer sócio não se constituirá causa para dissolução da Sociedade, que continuará com seus sócios remanescentes.

§ 1º - Ocorrendo o falecimento ou impedimento legal de qualquer um dos sócios, caberá aos sócios remanescentes, juntamente com um dos herdeiros, ou representante legal, proceder ao imediato levantamento do Balanço Patrimonial, fixativo dos haveres de cada uma das partes, na proporção das quotas sociais.





Município de Rosário do Sul - RS 00.106

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Departamento de Arrecadação e Cadastro

Rua Amaro Souto, 2203

Fone (55) 3231-2844

www.rosariodosul.rs.gov.br

CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Registramos a inserção cadastral, nos termos do Art.124 do CTM, Lei Municipal 24/2019 de 03 de janeiro de 2019, do contribuinte:

Cadastro

308570

Nome / Razão Social

LABORATORIO PROANALISE LTDA

Endereço

RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA

Número Complemento

1973 SALA 101

Bairro

CENTRO

CNPJ / CPF

91.992.206/0001-09

Início Atividade

01/04/1988

Atividades Principais


8640202 Laboratórios clínicos

8630506 Serviços de vacinação e imunização humana

C R F NÂ° 2532

Emitido em Servidor

09/07/2024 José Inocêncio Barbosa Macedo


José I. B. Macedo
Fiscal de Tributos
Matrícula 2330258



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LABORATORIO PROANALISE LTDA
CNPJ: 91.992.206/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:46:42 do dia 13/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/08/2025.

Código de controle da certidão: **9882.085F.F698.5B83**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **LABORATORIO PROANALISE LTDA**

CNPJ base: **91.992.206/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **25 dias do mês de FEVEREIRO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 25/4/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **33439723**
Autenticação: **43771933**





Município de Rosário do Sul
Secretaria da Fazenda
Departamento de Arrecadação e Cadastro

00'

CERTIDÃO NEGATIVA

NR. 259/2025

Cadastro..... 308570 CPF/CNPJ: 91.992.206/0001-09
Nome..... LABORATORIO PROANALISE LTDA
Endereço..... RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA 1973 SALA 101
Bairro..... CENTRO
Início Ativ.: 24/03/1988
Atividade..... LABORATORIO ANALISES CLINICAS
Protocolo..... 1 Data Protocolo: 25/02/2025

Certificamos, que o contribuinte acima nada deve a Fazenda Municipal referente aos dados mencionados.

A presente certidão não exclui o direito de a fazenda municipal exigir a qualquer tempo os débitos que venham a ser apurados, em acordo com o Art. 275, do Código Tributário Municipal.

Por ser verdade, emitimos a Certidão em 01 (uma) via, que vai assinada pelo Chefe do DPTO de Arrecadação e Cadastro e Funcionário responsável.

Válida por 90 (noventa) dias a contar da data de emissão.

Cod Autenticidade: 626598202846892

Rosário do Sul, 25 de Fevereiro de 2025.

DPTO DE ARRECAÇÃO E CADASTRO

VERALÚCIA DOS SANTOS FERRÃO
ASSISTENTE BUREAUCRÁTICO
MATRÍCULA 3031

Vera Lúcia dos Santos Ferrão
Servidor Responsável

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 91.992.206/0001-09
Razão Social: SERGIO DANTAS & CIA LTDA
Endereço: RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA 1952 SALA / CENTRO / ROSARIO DO SUL / RS / 97590-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/02/2025 a 14/03/2025 ✓

Certificação Número: 2025021321010583919453

Informação obtida em 25/02/2025 08:28:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LABORATORIO PROANALISE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 91.992.206/0001-09

Certidão nº: 11021325/2025

Expedição: 25/02/2025 às 09:13:43

Validade: 24/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LABORATORIO PROANALISE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **91.992.206/0001-09**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

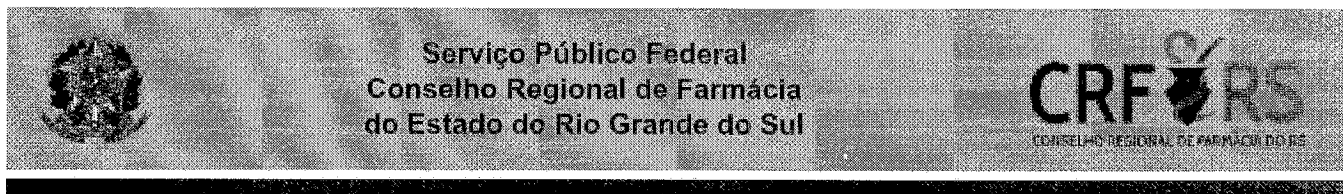
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

Certifica-se que o farmacêutico **Sergio Mesquita Dantas** possui inscrição ativa no Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul sob o número de inscrição 2532, não possui penalidade administrativa disciplinar de suspensão ou impedimento com decisão transitada em julgado e pode exercer as atribuições previstas nos Decretos n.º 20.377/1931 e n.º 85.878/1981, observada a Lei n.º 3.820/1960.

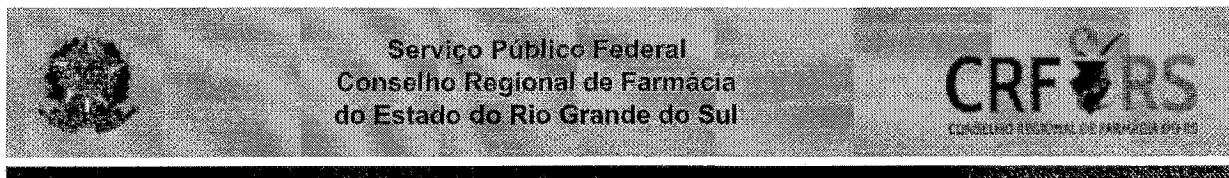
A manutenção da inscrição ativa pode ser conferida em <https://crfrs.org.br/profissionais/profissionais-ativos>. Esta certidão não trata sobre a situação financeira.

Documento emitido eletronicamente em 25/02/2025, às 10:51.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço eletrônico <https://portal.crfrs.org.br/verifica>, mediante o código verificador **06472761** e o código CRC **D7F94E89**.

Fim de documento-20250225.D7F94E89/06472761-470085272



Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

Certifica-se que o farmacêutico **Marcio Pacheco Barragan** possui inscrição ativa no Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul sob o número de inscrição 6230, não possui penalidade administrativa disciplinar de suspensão ou impedimento com decisão transitada em julgado e pode exercer as atribuições previstas nos Decretos n.º 20.377/1931 e n.º 85.878/1981, observada a Lei n.º 3.820/1960.

A manutenção da inscrição ativa pode ser conferida em <https://crfrs.org.br/profissionais/profissionais-ativos>. Esta certidão não trata sobre a situação financeira.

Documento emitido eletronicamente em 25/02/2025, às 10:58.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço eletrônico <https://portal.crfrs.org.br/verifica>, mediante o código verificador **06472842** e o código CRC **C9F3BCB8**.

Fim de documento-20250225.C9F3BCB8/06472842-1016631772



SUS - Sistema Único de Saúde
VIGILÂNCIA SANITÁRIA
VISA ROSÁRIO DO SUL



114

ALVARÁ SANITÁRIO

RENOVAÇÃO

Nro. CEVS:	431640201-864-000017-1-6	Data de Validade:	07/08/2025
Nro. Protocolo:	202408010034106	Data de Deferimento:	07/08/2024
Subgrupo:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE		
Agrupamento:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE		
CNAEs:	8640-2/02 LABORATÓRIOS CLÍNICOS 8630-5/06 - SERVIÇOS DE VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO HUMANA		
Tipo de Serviço:	88 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS		
Razão Social:	LABORATÓRIO PROANALISE LTDA		
Nome Fantasia:	PROANALISE ANÁLISES CLÍNICAS E HEMOTERAPIA		
CNPJ/ CPF:	91.992.206/0001-09	CNPJ Albergante:	
Endereço:	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1973		
Bairro:	CÉNTRO		
Município:	ROSÁRIO DO SUL	UF:	RS
		CEP:	97590-000
Responsável Legal, Responsável Técnico 2532 CRF/RS SERGIO MESQUITA DANTAS			

ROSÁRIO DO SUL

Código de validação: 3BAA1DD464758B12B2319CF118D2A6500FB26541

Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 30/10/2024

CNES: 2247070

Nome Fantasia: LABORATORIO PROANALISE

CNPJ: 91.992.206/0001-09

Nome Empresarial: LABORATORIO PROANALISE LTDA

Natureza jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS

Logradouro: RUA VOLUNTARIO DA PATRIA

Número: 1973

Complemento: SALA 101 E 201

Bairro: CENTRO

Município: 431640 - ROSARIO DO SUL

UF: RS

CEP: 97590-000

Telefone: (55)3231-2322

Dependência: INDIVIDUAL

Reg de Saúde: 10

Tipo de Estabelecimento: UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E

Subtipo: --

Gestão: MUNICIPAL

Diretor Clínico/Gerente/Administrador: SERGIO MESQUITA DANTAS

Cadastrado em: 17/03/2003

Atualização na base local: 06/02/2024

Última atualização Nacional: 20/10/2024

Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	07:00 às 17:00
TERÇA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUARTA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUINTA-FEIRA	07:00 às 17:00
SEXTA-FEIRA	07:00 às 17:00

Data desativação: --

Motivo desativação: --



Serviço Público Federal
Conselho Federal de Farmácia

00.116
CRF/RS
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA

2025

REGISTRO NO CRF 5617	REGIONAL RS	VALIDADE 20/02/2026	REPOSITÓRIO PÚBLICO https://farmasis.crfrs.org.br/cr/rs/2025/5617.pdf
-------------------------	----------------	------------------------	--

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL Laboratório Próanálise Ltda

TIPO DE ESTABELECIMENTO Laboratório de Análises Clínicas	NATUREZA DE ATIVIDADE Outros
---	---------------------------------

ENDEREÇO Av Voluntarios Da Patria, 1973 - SALA 101	CNPJ 91.992.206/0001-09
---	----------------------------

BAIRRO Centro	CIDADE Rosário do Sul
------------------	--------------------------

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO						
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
06:30-12:30 13:30-18:30	06:30-12:30 13:30-18:30	06:30-12:30 13:30-18:30	06:30-12:30 13:30-18:30	06:30-12:30 13:30-18:30	07:30-12:30	

RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)							
TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO				
1	2532	Sergio Mesquita Dantas	Responsável Técnico				
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
	13:30-18:30	13:30-18:30	13:30-18:30	13:30-18:30	13:30-18:30		
1	6230	Marcio Pacheco Barragan	Assistente Técnico				
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
	06:30-12:00	06:30-12:00	06:30-12:00	06:30-12:00	06:30-12:00	07:30-12:00	

Observação: A Responsabilidade Técnica inclui a coleta, o transporte, o tratamento, o processamento, a destinação final dos resíduos gerados no estabelecimento e a elaboração do PGRSS.

Porto Alegre - RS, 20 de fevereiro de 2025.

Elisângela da Rosa

Elisângela Rosa da Rosa
Diretor(a) do CRF/RS



ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está registrado neste Conselho Regional de Farmácia, atendendo o que dispõem os artigos 22, parágrafo único e 24, da Lei no 3.820/60. Tratando-se de Farmácia e Drogeria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelo(s) Farmacêutico(s) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com os artigos 2o, 3o Caput, 5o, 6o Inciso I, todas da Lei 13.021/14. Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessado e encaminhado para o respectivo CRF para as devidas alterações. Qualquer alteração do(s) profissional(is) anotado(s) como responsável(is) ou assistente(s) técnico(s) para o estabelecimento acima ou a alteração do horário de funcionamento resultará na imediata perda de validade do presente documento, sujeitando às responsabilizações legais cabíveis. Sempre consulte o QR CODE para verificar a validade da presente certidão.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, SERGIO MESQUITA DANTAS, inscrito sob CPF nº 270959830-20, farmacêutico regularmente inscrito sob o número CRF/RS 2532, habilitado na forma da lei, responsável técnico do estabelecimento, declaro para fins de atividade junto ao estabelecimento com Razão Social LABORATORIO PROANALISE LTDA, CNPJ 91992206/0001-09, localizado no endereço Rua Voluntários da Pátria, 1973, Bairro Centro, na cidade de Rosário do Sul/RS, que exerço atividade técnica profissional, conforme documentação comprobatória anexa, por período indeterminado.

Nos termos acima, firmo o compromisso perante o CRF/RS e demais instituições competentes e, em cumprimento ao dever profissional, declaro que prestarei efetiva assistência técnica na forma declarada, e demais compromissos para com a profissão farmacêutica, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 3820/60 e as Resoluções do Conselho Federal de Farmácia, em especial ao Código de Ética da Profissão Farmacêutica e legislações complementares, ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no artigo 299 do Código Penal (falsidade ideológica).

São Vicente do Sul, 25 de fevereiro de 2025.


SERGIO MESQUITA DANTAS

Farmacêutico RT


SERGIO MESQUITA DANTAS

Representante Legal



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2024.

CREDENCIAMENTO DE EMPRESA (S) INTERESSADA (S) EM PRESTAR SERVIÇOS AMBULATORIAIS DE DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS E MATA RS

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL, RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.572.079/0001-03, com sede administrativa na Rua General João Antônio, nº 1305, Bairro Centro, São Vicente do Sul, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor FERNANDO DA ROSA PAHIM, portador do RG nº 1082529239, SSP/RS e CPF nº 000.109.510-24, denominado CONTRATANTE e a Empresa LABORATORIO PROANALISE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 91.992.206/0001-09, com sede administrativa na Rua Voluntários da Pátria, nº 1973, Centro, na cidade de Rosário do Sul/RS, representada neste ato por seu representante legal SERGIO MESQUITA DANTAS portador da célula de identidade RG nº 5007519514, SSP/RS e do CPF nº 270.959.830-20, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, firmam o presente CONTRATO, que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, todas em conformidade com o Processo Administrativo nº 571/2024, Edital de Chamamento Público nº 002/2024 e seus anexos, bem como com o que disciplina a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objetivo o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA (S) INTERESSADA (S) EM PRESTAR SERVIÇOS AMBULATORIAIS DE DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS E MATA/RS.**

1.2. A CREDENCIADA deverá cumprir rigorosamente as exigências do Edital de Chamamento Público nº 002/2024 e seus anexos e do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. O município pagará a CREDENCIADA, pelos serviços efetivamente realizados, pelo valor proposto (Tabela SUS vigente), conforme o que segue:

Item	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SUS	Quantidade	R\$ Valor Unitário
01	Antibiograma	02.02.08.001-3	5000	4,98
02	Dosagem de transaminase glutâmico pirúvica (TGP)	02.02.01.065-1	6000	2,01
03	Dosagem de amilase	02.02.01.018-0	4000	2,25
04	Pesquisa de anticorpos antiestrepolisina (ASLO)	02.02.03.047-4	1000	2,83
05	Dosagem de transaminase glutâmico oxalacética (TGO)	02.02.01.064-3	6000	2,01
06	Dosagem colesterol total	02.02.01.029-5	12000	1,85
07	Dosagem de colesterol HDL	02.02.01.027-9	12000	3,51
08	Dosagem de colesterol LDL	02.02.01.028-7	12000	3,51
09	Dosagem de creatinina	02.02.01.031-7	12000	1,85
10	Determinação de capacidade de fixação do ferro	02.02.01.002-3	1000	2,01
11	Análise e caracteres físicos, elementos e	02.02.05.001-7	7000	3,70





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 571/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2024
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

00.119

	sedimento da urina			
12	Determinação de fator reumatoide	02.02.03.007-5	2000	2,83
13	Pesquisa de ovos e cistos de parasitas	02.02.04.012-7	2000	1,65
14	Dosagem de fosfatase alcalina	02.02.01.042-2	1000	2,01
15	Dosagem gama-glutamil transferase (Gama GT)	02.02.01.046-5	6000	3,51
16	Dosagem de glicose	02.02.01.047-3	12000	1,85
17	Dosagem de gonadotrofina coriônica humana (HCG, BETA HCG)	02.02.06.021-7	5000	7,85
18	Pesquisa de fator RH (inclui d fraco)	02.02.12.008-2	2000	1,37
19	Determinação direta e reversa de grupo ABO	02.02.12.002-3	2000	1,37
20	hemograma completo	02.02.02.038-0	12000	4,11
21	Determinação de velocidade de hemossedimentação (VHS)	02.02.02.015-0	5000	2,73
22	Dosagem de potássio	02.02.01.060-0	3000	1,85
23	Determinação quantitativa de proteína C reativa	02.02.03.008-3	5000	9,25
24	Dosagem de sódio	02.02.01.063-5	5000	1,85
25	Determinação de tempo e atividade da protrombina (TAP)	02.02.02.014-2	2000	2,73
26	Determinação de tempo de coagulação	02.02.02.007-0	2000	2,73
27	Determinação de tempo de sangramento DUKE	02.02.02.009-6	1000	2,73
28	Determinação do tempo de tromboplastina parcial ativada (TPP)	02.02.02.013-4	1000	5,77
29	Dosagem de triglicerídeos	02.02.01.067-8	12000	3,51
30	Dosagem de ureia	02.02.01.069-4	12000	1,85
31	Teste não treponemico para detecção de sífilis (VDRL quantitativo)	02.02.03.111-0	2000	2,83
32	Dosagem de hormônio tireoestimulante (TSH)	02.02.06.025-0	7000	8,96
33	Dosagem de tiroxina livre (T4 livre)	02.02.06.038-1	7000	11,60
34	Pesquisa de anticorpos IGM antitoxoplasma	02.02.03.087-3	6000	18,55
35	Cultura de bactérias p/ Identificação coprocultura	02.02.08.008-0	5000	5,62
36	Dosagem de lítio	02.02.07.025-5	1000	2,25
37	Dosagem de vitamina B12	02.02.01.070-8	1000	15,24
38	Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do vírus da hepatite b (ANTI-HBS)	02.02.03.063-6	1000	18,55
39	Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da hepatite b (hbsag)	02.02.03.097-0	2000	18,55
40	Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite C (anti-HCV)	02.0.03.067-9	2000	18,55
41	Pesquisa de anticorpos IGG antitoxoplasma	02.02.03.076-8	2000	16,97
42	Determinação de curva glicêmica (2 dosagens)	02.02.01.004-0	4000	3,63
43	Dosagem de hemoglobina glicosilada	02.02.01.050-3	4000	7,86
44	Pesquisa de sangue oculto nas fezes	02.02.04.014-3	2000	1,65
45	Dosagem de cálcio	02.02.01.021-0	2000	1,85
46	Dosagem de bilirrubina total e frações	02.02.01.020-1	2000	2,01
47	Dosagem de ferritina	02.02.01.038-4	2000	15,59
48	Dosagem de ferro sérico	02.02.01.039-2	2000	3,51
49	Dosagem de antígeno prostático específico (PSA)	02.02.03.010-5	2000	16,42
50	Hemocultura	02.02.08.015-3	1000	11,49





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 571/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2024
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

00.120

51	Dosagem de troponina	02.02.03.120-9	1000	9,00
52	Eletroforese de hemoglobina	02.02.02.035-5	1000	5,41
53	Dosagem de proteínas (urina de 24 horas)	02.02.05.011-4	3000	2,04
54	Teste indireto de antiglobulina humana (TIA) coombs indireto	02.02.12.009-0	1000	2,73
55	Dosagem de 25 Hidroxivitamina D	02.02.01.076-7	1000	15,24
56	Pesquisa de anticorpos e/ou antígeno do vírus sincicial respiratório	02.02.03.071-7	500	18,55
57	Pesquisa de anticorpos IGM anticitomegalovirus	02.02.03.085-7	200	11,61
58	Pesquisa de anticorpos IGG anticitomegalovirus	02.02.03.074-1	200	11,00
Quantidade estimada para período de 12 (doze) meses TOTAL ESTIMADO R\$ 1.149.087,00 (Um milhão, cento e quarente e nove mil, oitenta e sete reais)				

2.2. Os quantitativos descritos acima correspondem a uma estimativa de exames para um período de 12 (doze) meses (extraída do Relatório Analítico de Procedimentos do Ministério da Saúde/SUS-SIGTAP), e apenas refletem a expectativa de serviços que serão concedidos aos usuários do SUS:

I. A Secretaria Municipal de Saúde, deverá solicitar os serviços mediante pedido médico, com a indicação dos exames e quantitativos nos prazos de entrega estipulados neste edital;

II. Este Credenciamento tem por objeto, habilitação de Laboratório de Análises Clínicas, sem caráter de exclusividade para realização de exames laboratoriais, contemplando um **teto máximo financeiro de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais**, valor este que será rateado entre os estabelecimentos interessados/credenciados;

i. Teto financeiro mensal de R\$ 3.028,50 (três mil, vinte e oito reais e cinquenta centavos) para o município de Mata/RS, conforme Resolução nº 504/17 CIB/RS e o restante dos valores destinados as coletas de São Vicente do Sul/RS;

ii. Os exames deverão ser coletados no município de São Vicente do Sul/RS e Mata/RS.

III. Os quantitativos descritos neste edital correspondem aos exames mais solicitados da TABELA SUS no município (extraída do Relatório Analítico de Procedimentos do Ministério da Saúde/SUS-SIGTAP), e apenas refletem a expectativa de serviços que serão concedidos aos usuários do SUS, não havendo garantia de execuções individuais mínimas, uma vez que a decisão quanto à utilização dos serviços de um credenciado ou de outro, cabe ao usuário do SUS, limitado ao teto financeiro estipulado pelo município;

IV. No caso de existir mais de um laboratório credenciado, a Secretaria Municipal de Saúde fará o rateio dos quantitativos de exames aos respectivos laboratórios, sendo a divisão da cota de exames o mais semelhante possível entre os credenciados, conforme inciso II art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021;

V. Os exames serão divididos entre as empresas de forma igualitária, mas a cota de exames nem sempre poderá ser igualitária, sempre se buscando chegar a divisão mais semelhante possível entre as credenciadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da mediação, através de relatório que deverá conter a lista dos exames/serviços realizados no mês, a data da realização dos exames, o nome do usuário, bem como o valor individual de cada exame e valor total.

I. O Relatório de medição deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Saúde do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, sob pena de não liberação do pagamento dos serviços;

II. O prazo para pagamento será mensal em de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal com CNPJ em nome da Contratada, devidamente atestada pelo setor competente;

III. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012);





i. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente;

IV. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada;

V. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada;

VI. Quando houver atualização de valores da Tabela SUS, emitido via Portaria do Ministério da Saúde, a Secretaria Municipal da Saúde emitirá comunicado ao Setor de Contratos, solicitando a atualização dos valores contratados, mediante Termo Aditivo;

VII. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento;

VIII. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

1.2. Para atender as despesas decorrentes do credenciamento serão utilizados recursos em conformidade com a dotação orçamentária abaixo:

Órgão = Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/Ativ: 2064 Manutenção dos Serviços de Saúde na Atenção Primária - ASPS.

Recurso: 40 Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS

Projeto/Ativ: 2186 Promoção da Atenção à Saúde da População p/Procedimentos do MAC

Recurso: 4501 Custeio - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Despesa: 3390.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E ASSINATURA DO CONTRATO:

4.1. A empresa habilitada no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, apresentar-se para assinatura do Contrato, sob pena de descredenciamento, além das penalidades previstas no presente termo.

I. O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela empresa habilitada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração conforme previsto no § 1º, do art. 90, da Lei nº 14.133/2021;

4.2. O prazo de vigência do contrato de credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do Município de São Vicente do Sul e com anuência da Credenciada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses (art. 105 e 106, da Lei nº 14.133/21).

4.3. O Contrato somente será efetivado após aprovação deste processo, pelo Conselho Municipal de Saúde.

4.4. Se por ocasião da formalização do contrato com a credenciada, suas certidões de regularidade de débito perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão municipal verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

I. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a credenciada será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

5.1. A prestação de serviços deverá ser executada da seguinte forma:

I. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelo credenciado, podendo proceder o descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;





II. Não poderá exercer a atividade, por credenciamento, o profissional que for servidor público em exercício de cargo em comissão ou função gratificada, ou que estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

III. O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no parágrafo anterior terá suspensão a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento;

IV. Os exames deverão ser coletados no município de São Vicente do Sul/RS e Mata/RS, e entregues no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos e disponibilizados no sistema vigente utilizado pelo município;

V. Os exames solicitados com urgência deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas, diretamente ao usuário ou familiar, de forma impressa no local de coleta do exame, e no sistema vigente utilizado pelo município, exceto para os exames terceirizados, cujo período excede este prazo;

VI. O laboratório deverá prestar serviços de coleta em horário comercial, de segunda a sexta, exceto feriados;

VII. Todos os exames solicitados devem ser processados obedecendo as normas RDC/ANVISA vigente durante o prazo da contratação, devendo o laboratório credenciado obedecer aos prazos do processamento das amostras para não comprometer o resultado do exame solicitado;

VIII. O credenciado deverá entregar a produção em meio físico (impresso) e em arquivo digital gerado no sistema de informação vigente no município, ou de maneira a ser definida e em conformidade com o cronograma previamente apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Vicente do Sul/RS e Mata/RS.

IX. As coletas para a realização dos exames serão de forma parcelada, conforme necessidade e solicitação da Secretaria Municipal da Saúde;

X. É de responsabilidade exclusiva e integral do laboratório credenciado, a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculos empregatícios, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município de São Vicente do Sul ou para o Ministério da Saúde;

XI. A contratada apresentará relatório mensal dos exames realizados com cópia das solicitações médicas emitidas nas unidades;

XII. Não será disponibilizado material, insumos equipamentos, transporte ou servidor do município, para realização da coleta de exames;

XIII. O serviço será executado de maneira ética e profissional, mantendo sempre o sigilo de dados dos pacientes em conformidade com a Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (Lei nº 13709, de 14 de agosto de 2018) seguida por União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

XIV. Poderão ser acrescentados exames previstos na TABELA SUS, além dos descritos neste termo, conforme necessidade justificada da Secretaria Municipal de Saúde, através de termo aditivo de contrato, respeitando o teto mensal financeiro máximo, estipulado pelo município;

XV. A autorização e ou agendamento dos exames será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, através de setor indicado que se encarregará de controlar a demanda encaminhada, de acordo com o quantitativo físico e financeiro contratados;

XVI. Os serviços serão solicitados através de requisições próprios da Secretaria Municipal de Saúde ou ainda, por outro método que venha ser implementado pelo sistema de informação que estiver vigente no município de São Vicente do Sul e Mata;

XVII. Somente serão pagos os exames comprovadamente realizados, mediante o envio à Secretaria Municipal de Saúde de relatório com a identificação dos usuários, Nome, Cartão SUS, Exame Realizado, data de realização dos exames no período, acompanhados das respectivas requisições.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

6.1. São obrigações da Contratante:

- I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;





IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto licitado;

V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

6.2. São obrigações da Credenciada:

I. O credenciado não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados;

II. Obriga-se a colocar-se à disposição da Secretaria de Saúde do Município, para a realização dos exames necessários, mas caso o credenciado não disponha de estrutura própria para realização de alguns dos exames solicitados, poderá subcontratar outro laboratório para fazê-lo;

III. Obriga-se a atender todos os encaminhamentos para os serviços de diagnóstico feitos pela rede Municipal de Saúde;

IV. Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;

V. Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência;

VI. Colher na 2ª (segunda) via do relatório de atendimento, a assinatura do paciente ou de seu representante legal, devendo este documento ser arquivado no Prontuário da Secretaria Municipal de Saúde de São Vicente do Sul/RS e Mata/RS;

VII. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

VIII. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao SUS, ao Município e ao paciente;

IX. Todo material e insumo para desenvolvimento dos serviços correrá por conta da credenciada;

X. Informar à Secretaria Municipal de Saúde eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretoria ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;

XI. Dispor de capacidade técnica para realização de todos os exames previstos na tabela SUS;

XII. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

XIII. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas;

XIV. Permitir o acesso dos supervisores e auditores da coordenação de controle e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados do contrato;

XV. Manter durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

XVI. A contratada deverá ainda, estar devidamente cadastrada no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde, o qual deverá estar compatível com os serviços a serem prestados;

XVII. Incluir todos os laudos assim que emitidos em prontuário eletrônico por meio do sistema de informação que estiver vigente no município de São Vicente do Sul e Mata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste termo, as seguintes sanções:
- I. Advertência;
- II. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- III. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 7.3. As sanções previstas nas alíneas "I", "III" e "IV" do item 7.2 do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "II" do mesmo item.
- 7.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 7.2 do presente termo.
- 7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.6. A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 7.7. Na aplicação da sanção prevista no item 7.2, alínea "II", do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "III" e "IV" do item 7.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 7.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 7.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 7.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- VII. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- VIII. Pagamento da multa;
- IX. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- X. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- XI. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos





definidos neste artigo.

XII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “VIII” e “XII” do item 7.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Ao município de São Vicente do Sul, reserva-se o direito de fiscalizar de forma permanente a prestação dos serviços pelos credenciados, procedendo o descredenciamento em casos de má prestação dos serviços, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

8.2. A fiscalização quanto à entrega do objeto do presente termo, será feita por servidor municipal ou comissão devidamente autorizados pelo Município, para representá-lo.

8.3. O fiscal nomeado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Setor Jurídico Municipal, em tempo hábil, para a adoção das medidas e/ou penalidades conforme o presente termo.

8.5. A gestão e a fiscalização do credenciamento serão realizadas conforme o disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

Nome Fiscal	Cargo
Juliana Salvany	RT Serviços de Enfermagem
Gilda Almeida	Oficial Administrativo
Nome Gestor	Cargo
Grabriella da Silva Zuquetto	Secretária Municipal e Saúde

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DE CONTRATO:

9.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato, reger-se-ão pelos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações como se em linhas aqui estivessem transcritas e, supletivamente, pelas disposições contratuais de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul, RS, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias que surgirem do presente Contrato Administrativo.





E, estando assim, justos e contratados, lavrou-se o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual forma e teor que, após lido e achado conforme, vai firmado pelos contratantes para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

São Vicente do Sul, 25 de fevereiro de 2025.

CONTRATANTE
FERNANDO DA ROSA PAHIM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Esta minuta de contrato foi examinada e aprovada em 19/07/2024 pelo Setor Jurídico Municipal.






DECLARAÇÃO CONJUNTA**CREDENCIAMENTO Nº 002/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 571/2024**

A empresa LABORATÓRIO PROANALISE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 91.992.206/0001-09 com sede na Rua Voluntários da Pátria, 1973, Centro, CEP 97590-000, Rosário do Sul/RS, através de seu representante legal infra-assinado, interessado em participar do Chamamento Público/Credenciamento nº 002/2024, DECLARA, sob as penas da Lei, e para fins de contratação com o município de São Vicente do Sul/RS, que:

- 1) Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3) Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública/sociedade de economia mista, deste órgão celebrante/contratante.
- 4) Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.
- 5) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 7) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (4.1. XIII edital).
- 8) Que executará todos os exames da tabela de procedimentos relacionadas e valores estipulados no Edital (4.1. XIV edital);
- 9) Que possui disponibilidade para a execução dos serviços ofertados (4.1. XV edital);
- 10) Os profissionais responsáveis pela execução dos serviços serão os seguintes: (4.1. XVI edital);

SERGIO MESQUITA DANTAS – CPF 270 959 830 20 – CRF/RS 2532

MARCIO PACHECO BARRAGAN – CPF 024 506 700 09 – CRF/RS 6230

São Vicente do Sul, 25 de fevereiro de 2025.

SERGIO MESQUITA DANTAS / DIRETOR

CHAMAMENTO

DA CNPJ nº 91992206/0001-09

cidade de São Vicente do Sul - RS, CEP: 97420